



## O Estado como agente segregador socioespacial urbano: pesquisa empírica em uma cidade de Mato Grosso

### *The government as an agent of urban social-spatial segregation: empirical research in a city of Mato Grosso, Brazil*

Jeniffer Hespanha dos Santos\*<sup>1</sup>  , Judite de Azevedo do Carmo<sup>2</sup>  ,  
Vicente Pontes de Oliveira Neto<sup>2</sup>  

<sup>1</sup>Curso de Geografia, Faculdade de Ciências Exatas e Tecnológicas, Universidade do Estado de Mato Grosso, Colíder-MT, Brasil

<sup>2</sup>Curso de Geografia, Faculdade de Educação e Linguagem, Universidade do Estado de Mato Grosso, Sinop-MT, Brasil

E-mail: judite.carmo@unemat.br (JAC); vicente\_netto1@hotmail.com (VPON)

\*E-mail para correspondência: jenifferhespanha@hotmail.com

Recebido (Received): 29/09/2020

Aceito (Accepted): 01/06/2021

**Resumo:** Este texto tem como objetivo principal apresentar os resultados alcançados pela pesquisa realizada em Terra Nova do Norte, no Estado de Mato Grosso, que procurou explicitar o papel exercido pelo Estado na segregação socioespacial urbana, tomando como espaço empírico para a análise o Conjunto Habitacional João Paulo II, que foi implantado por meio dos Programas Habitacionais “Meu Lar”, do governo do Estado e “Minha Casa Minha Vida”, do governo Federal. Para tanto foi utilizado o materialismo histórico e dialético para proceder a abordagem do fenômeno e recorreu à pesquisa bibliográfica para fundamentar a análise, à pesquisa a campo para proceder ao registro fotográfico e a observação assistemática e a sistemática por meio da aplicação de questionários à 68 residências para fazer o levantamento de aspectos sociais, econômicos e habitacionais do bairro em questão. Os dados e as informações levantadas foram analisadas quantitativa e qualitativamente. Como resultado obteve-se que o Estado atua promovendo a segregação socioespacial urbana, por meio de alocação da população de baixa renda em área afastada da área central e sem a devida infraestrutura urbana. Essa segregação se torna mais brutal quando se observa a dificuldade de deslocamento dos moradores do bairro nos demais espaços da cidade, haja vista não haver transporte coletivo que possa atender as suas demandas, tirando desses cidadãos o acesso e o direito à cidade em sua totalidade.

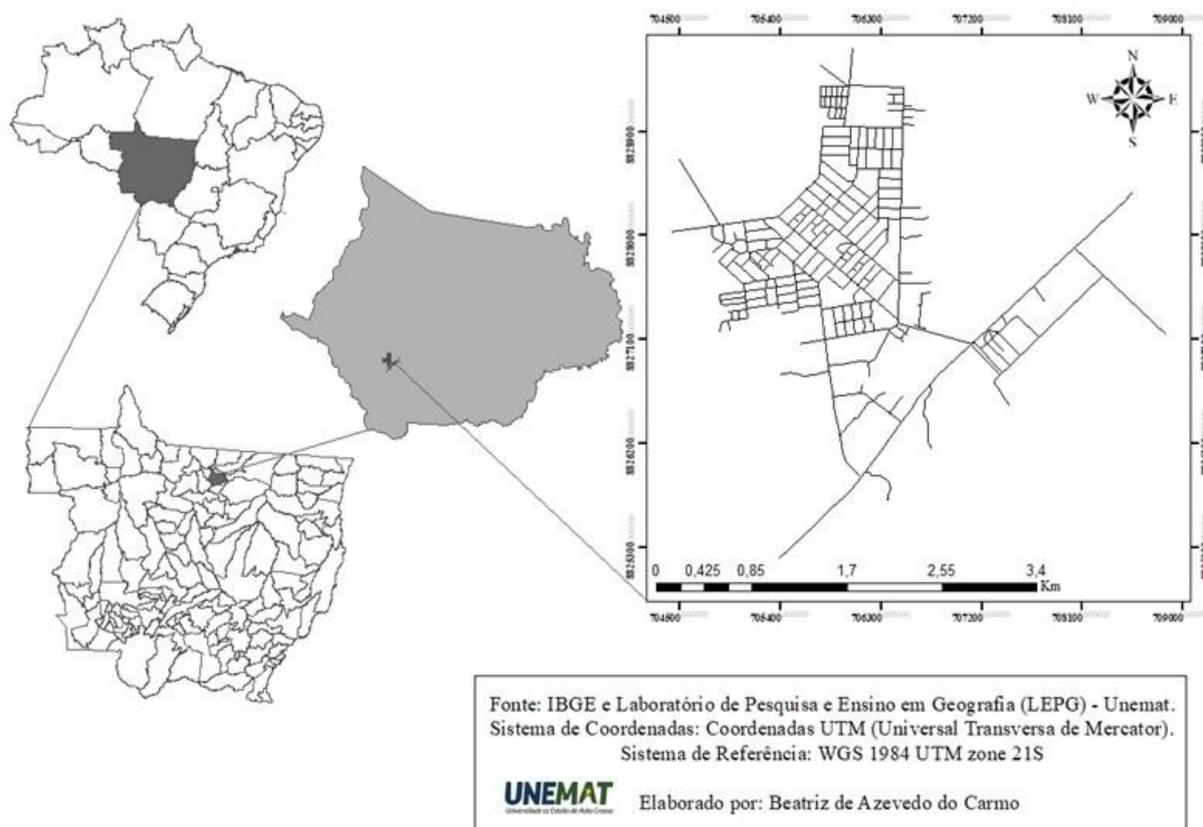
**Palavras-chave:** Cidade; Habitação; Exclusão; Poder Público.

**Abstract:** This paper presents the results of a study conducted in Terra Nova do Norte, Mato Grosso, which sought to explain the role played by the government in urban socio-spatial segregation using the João Paulo II housing complex as an empirical space for analysis, which was implemented through the Housing Programs “Meu Lar”, of the state government and “Minha Casa Minha Vida”, of the federal government. The study used the dialectical and historical materialism approach and bibliographic research to support the analysis, field research for photographic recordings, and both non-systematic and systematic observation. Questionnaires were distributed to 68 households to survey the social, economic, and housing aspects of the neighborhood. The data were analyzed using quantitative and qualitative approaches. Therefore, we conclude that the government promotes urban socio-spatial segregation through the allocation of the low-income population in areas that are distant from downtown and lacking proper urban infrastructure. This segregation becomes more callous when observing the mobility difficulties faced by the neighborhood residents to access other spaces of the city. There is no public transport that can meet their demands, denying these citizens the access and right to the city in its entirety.

**Keywords:** City; Housing; Exclusion; Government.

## 1. Introdução

Este artigo tem como tema central o Estado como agente segregador socioespacial urbano, cujo espaço empírico tomado para a análise foi o Conjunto Habitacional João Paulo II em Terra Nova do Norte, localizado no estado de Mato Grosso, sob as coordenadas geográficas Latitude 10° 31' 6" Sul e Longitude 55° 13' 56" Oeste (**Figura 1**), com extensão territorial de 2.302 km<sup>2</sup>, sua população estimada para 2019 era de 9.667 pessoas. Foi elevado à categoria de município com a denominação de Terra Nova do Norte, pela Lei Estadual n.º 4.995, de 13 de maio de 1986, desmembrado do município de Colíder (IBGE).



**Figura 1:** Localização do município de Terra Nova do Norte-MT. Organizada pelos autores.

A formação histórico-territorial do município em foco tem origem na imigração de colonos advindos da região do Alto Uruguai no Rio Grande do Sul. Esta região foi ocupada como resultado da expansão da fronteira agrícola do sul, na década de 1950, quando os gaúchos migraram para o noroeste do estado, oeste de Santa Catarina e sudoeste do Paraná, algumas famílias acabaram, nesse processo se estabelecendo em terras indígenas Kaiagang (LOVATO, 2016).

A mesma autora (2016) especifica que no contexto desta ocupação houve uma reação dos indígenas com base no Estatuto do Índio de 1973, expulsando os agricultores em maio de 1978. Diante disso, o governo federal, por meio do Ministério do Interior, teve que intervir para buscar uma solução para o conflito. A solução encontrada foi convidar, ainda em maio de 1978, conforme Lovato (2016), a Cooperativa Agropecuária Mista de Canarana Ltda. –COOPERCANA, liderada pelo pastor luterano Norberto Schwantes a desenvolver um projeto de assentamento dos colonos no estado de Mato Grosso, o que ocorreu em apenas seis dias e previu atender mil famílias.

Esse assentamento ocorreu então, no entendimento de Barrozo, Castro e Covezzi (1994) sob uma nova metodologia onde os custos da colonização seriam divididos entre entes privados e públicos, neste caso o governo federal, sendo os projetos com essa característica denominados de Assentamento Conjunto.

Esta identificação na origem da cidade de Terra Nova do Norte vinculada a parceria público/privada vai ao encontro da colocação de Shimbo (2010) que a produção da cidade brasileira ocorre sob “diferentes modulações do binômio Estado-mercado, desde os grandes projetos urbanos, as obras de infraestrutura, os investimentos em determinados bairros, até a produção da habitação de interesse social”. Esta última, ainda em concordância com a autora, poderia se enquadrar em “produção pública de habitação”; porém, esta

modalidade pode estar tão imbricada com a dinâmica privada que dificulta diferenciá-la da “habitação de mercado”.

De acordo Oliveira (2013) as relações entre o Estado e o urbano quando tomadas sob o ponto de vista da divisão social do trabalho são bem perceptíveis; o Estado utiliza mecanismos de criação e reprodução do que é urbano e através de observação empírica é possível identificar o nexo entre eles. Nesta perspectiva é que se desenvolveu a pesquisa empírica no Conjunto Habitacional João Paulo II, em Terra Nova do Norte, procurando verificar como a ação do Estado contribui para a segregação socioespacial urbana na localidade, no contexto de investimentos proporcionados pela parceria entre o município e os governos Estadual e Federal com a implementação dos Programas “Meu lar” e “Minha Casa Minha Vida”.

Para esta verificação foi de fundamental importância a aplicação da pesquisa quanti-qualitativa junto aos moradores do conjunto Habitacional para identificar suas características socioeconômicas, para assim obter evidências de que a população de baixa renda não escolhe onde morar, habita espaços que o Estado e o mercado lhe reserva; áreas longínquas, com serviços e infraestruturas urbanas ausentes ou deficitárias, ficando segregada no espaço urbano.

Segundo Villaça (2001), a segregação socioespacial é produzida pela classe dominante, e por meio dela essa classe exerce sua dominação, visando à apropriação diferenciada das vantagens e desvantagens do espaço urbano. A afirmação de Carlos (2007) pode ser usada para complementar a ideia quando coloca que o ato de morar revela o modo como o processo de segregação se realiza espacialmente, iluminando uma prática que justapõe morfologia social e morfologia espacial.

Essa problemática da segregação socioespacial tem se apresentado com grande frequência nos debates sobre a produção do espaço urbano, especialmente na metrópole e nas grandes cidades. A especificidade do estudo que se apresenta é que ele se volta para a cidade pequena para entender como esse processo ocorre neste espaço em específico.

## 2. Metodologia

A pesquisa desenvolvida foi fundamentada no materialismo histórico e dialético, por entender conforme Lakatos e Marconi (2003) que os processos sociais e históricos se materializam no espaço e que nenhuma coisa está “acabada”, está sempre em vias de se transformar. Portanto este método proporciona a compreensão das relações históricas, sociais e econômicas que influenciam na produção do espaço urbano.

No que se refere aos procedimentos de pesquisa, em um primeiro momento se recorreu à pesquisa bibliográfica para fundamentar a análise proposta e em seguida à pesquisa documental para o levantamento de programas de governo (Federal, Estadual e Municipal) voltados à habitação popular, bem como o projeto de implantação do Conjunto Habitacional João Paulo II. Realizou-se também a pesquisa a campo para proceder ao registro fotográfico da área de estudo e a observação assistemática e a sistemática por meio da aplicação de questionários.

Por intermédio da técnica de observação assistemática verificou-se as condições de infraestrutura como asfalto, iluminação e áreas de lazer com o intuito de verificar o acesso à infraestrutura urbana. Utilizou-se também da técnica de observação intensiva sistemática com a aplicação de questionários para proceder ao levantamento dos aspectos sociais e econômicos dos moradores do Conjunto Habitacional João Paulo II, como renda, emprego e acesso aos serviços como escolas, postos de saúde, transporte, etc. Antes de iniciar a aplicação do questionário foi levantada a quantidade de residências do bairro, o que totalizou 135 moradias, com o intuito de abordar aproximadamente 50% delas, 68 habitações foram alvo da pesquisa.

Em razão do alto índice de pessoas idosas ou não alfabetizadas que residem no Conjunto Habitacional, o questionário em grande número foi preenchido pelos próprios pesquisadores que liam a pergunta e conforme o questionado ia respondendo faziam as anotações. Ressalta-se que durante a aplicação do questionário houve a abertura para que o morador ou moradora pudesse expor outras questões, além daquelas pré-determinadas. Os dados e as informações foram analisados quanti-qualitativamente.

O levantamento realizado através da observação assistemática e da observação intensiva sistemática (questionário) possibilita analisar as características socioespaciais do Conjunto Habitacional e relacioná-las com a atuação do Estado no atendimento à demanda de habitação de interesse social e se a forma deste atendimento promove a segregação espacial.

### 3. Resultados e discussão

Historicamente as ações do Estado têm se efetivado no sentido da manutenção dos privilégios dos capitais, neste contexto, a industrialização do Brasil ocorreu por meio de política de baixos salários, estes somados a valorização fundiária e imobiliária restringem o acesso de grande parte da população ao mercado de terra e residências urbanas (MARICATO, 2015). Com isso, conforme a autora, o déficit habitacional sempre foi uma problemática na história do país, que perdura até o momento atual, mesmo tendo iniciativas em vários governos no sentido de tentar solucioná-lo, desde a década de 1930, quando a crise de moradia atingiu também a classe média.

As cidades sempre sofreram com os baixos investimentos, a partir de 2007 lentamente o governo federal lançou o Programa Aceleração do Crescimento (PAC) e, em 2009, o Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV). Com o primeiro, a atividade de construção pesada começa a decolar e com o segundo é a construção residencial (CBIC, 2015 apud MARICATO, 2015).

O Programa Minha Casa Minha Vida de 2009 a 2018 foi realizado em três fases. A primeira lançada em 2009, a segunda em 2011 e em 2014, Dilma Rousseff, candidata à reeleição, prometeu a terceira fase do programa, que foi lançada em março de 2016, em meio ao processo de impeachment no Congresso Nacional. Na terceira fase, entretanto foi realizada a revisão dos limites das faixas de renda e dos valores das casas (Tabela 1) (THÉRY, 2017).

**Tabela 1:** Faixas antigas e atuais de renda, valores antigos e atuais das casas

Faixa	Novas faixas de renda	Antigas faixas	Novos valores das casas	Subsídios	Antigo valores das casas
Faixa 1	1800	1600	96000	86400	76000
Faixa 1,5	2350		135000	45000	
Faixa 2	3600	3.275	225000	27500	190000
Faixa 3		5000	225000	0	190000

Fonte: Théry (2017).

Foi no contexto da implementação deste programa Minha Casa, Minha Vida que parte do Conjunto Habitacional João Paulo II foi implantado. Portanto é importante ressaltar que este empreendimento foi consolidado a partir de projetos municipais e estaduais e também de parceria com o governo federal. O início das obras do Conjunto ocorreu na gestão do prefeito Luiz Cândido de Oliveira (2001 a 2004) a partir do programa do Governo Estadual denominado de “Programa Meu Lar”.

Segundo dados da SEFAZ (2009) o Programa Meu Lar faz parte da política estadual de Habitação do governo de Mato Grosso, desenvolvida pela Secretaria de Estado de Trabalho, Emprego, Cidadania e Assistência Social (SETECS), sob a Lei 8.221/04, regulamentado pelo decreto 8.187/06. As construções das habitações ficaram sob a responsabilidade da Secretaria de Estado de Infraestrutura (SINFRA). O Programa, ainda conforme a SEFAZ se estruturou em cinco modalidades, sendo elas: Núcleo Habitacional (NH), Bolsa Material de Construção (BMC), Morar Melhor, Tô Feliz e Meu Teto.

Em análise ao projeto disponibilizado pela Prefeitura Municipal, o Conjunto Habitacional João Paulo II teve sua origem então na modalidade “Tô Feliz” com a proposta de construção de 50 casas no loteamento, visando atender as famílias de até um salário mínimo, essas casas possuem uma área total de 24,12 m<sup>2</sup>, contendo sala e cozinha conjugada, um quarto e um banheiro. De acordo com a SEFAZ (2009) três por cento das unidades deveriam ser destinadas às pessoas idosas e outros três às pessoas com deficiências ou doença crônica.

A segunda remessa das casas do Conjunto foi construída na gestão do prefeito Manoel Rodrigues de Freitas Neto (2005 a 2008) e (2009 a 2012), quando o mesmo foi reeleito, e nos anos de 2006 até 2012 foram construídas mais 50 casas no Conjunto Habitacional, que faziam parte do mesmo “Programa Meu Lar”, na modalidade “Tô Feliz” do Governo do Estado, com as mesmas características e repartições que a primeira remessa.

Já a terceira remessa das casas do Conjunto, na gestão do prefeito Milton José Toniazzo (2013 a 2016), as mesmas foram planejadas com um tamanho maior, com área total de 40,24 m<sup>2</sup>, com sala e cozinha conjugada, dois quartos, um banheiro e uma lavanderia na área externa da casa, fazendo parte do “Programa Minha Casa Minha Vida”, onde foram construídas 35 casas, estas se destinaram à uma população com rendimentos de até dois salários mínimos e os documentos necessários foram mandados para a Caixa Econômica Federal avaliar e assim definir quem seriam os beneficiários. Sendo assim, foram construídas as

135 casas ao longo de 16 anos, e que conforme informações retiradas da prefeitura das primeiras 100 casas, 60 foram escrituradas somente no começo do ano de 2018.

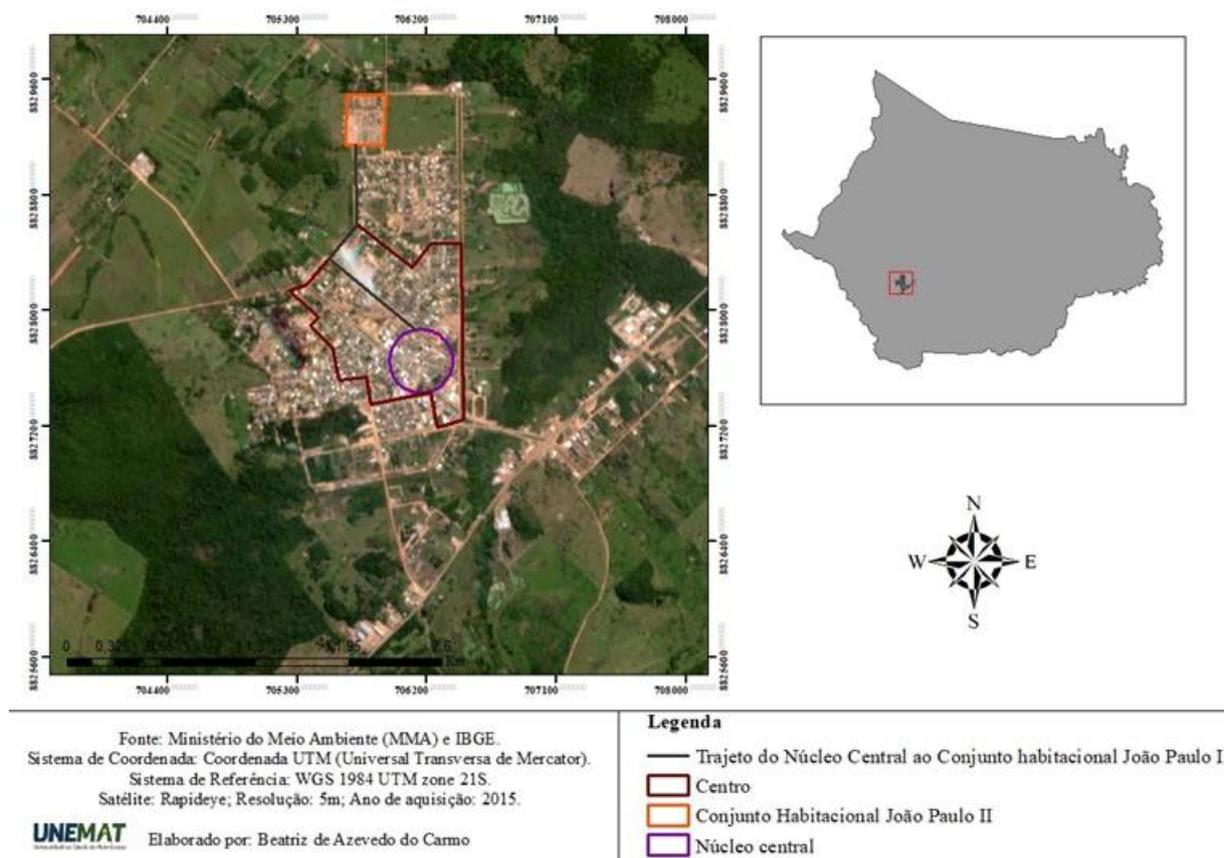
Segundo Mendes, Marcatti e Töws (2008), o Estado é um dos grandes consumidores do espaço, e também é o principal interessado em localizações específicas e privilegiadas na cidade. Ao mesmo tempo ele também é produtor de espaço, quando atua na implantação de projetos de construção de habitação de interesse popular, implementação de infraestrutura e serviços urbanos, dentre outros.

A produção do espaço, segundo Godoy (2004) foi um termo cunhado por Lefebvre no final dos anos de 1960 que tinha por objetivo possibilitar o entendimento dos processos de reprodução das relações capitalistas de produção. Para Lefebvre (1972) no espaço é onde as relações capitalistas se realizam não sem conflitos e contradições.

A partir do pensamento de Corrêa (1991), observa-se que os agentes sociais que fazem e refazem a cidade, são: os proprietários dos meios de produção, proprietários fundiários, promotores imobiliários, o Estado e logo mais à frente estão inseridos também os grupos sociais excluídos. Todos eles participam do processo de construção e constituição da cidade que dão movimento ao espaço urbano, pois, cada um percebe e atua conforme seus interesses, para fazer da cidade seu espaço de vivência, de poder, de geração de mais valia e de significação.

Neste mesmo sentido, Santos (1986) coloca que o espaço é um campo de forças cuja formação é desigual. Em destaque ao Estado como produtor de espaço, utiliza-se Corrêa (1991) que o aponta como um dos agentes que atua na produção do espaço urbano e que sua atuação tem sido complexa e variável tanto no tempo como no espaço, refletindo a dinâmica da sociedade da qual é parte constituinte.

É recorrente nos projetos de construção de moradias para atender a população de baixa renda desenvolvidos pelo Estado a escolha de localizações afastadas do centro, foi o que correu com o Conjunto Habitacional João Paulo II, cuja distância do núcleo central é de 2,5 Km (**Figura 2**).



**Figura 2:** Distância entre o Conjunto Habitacional João Paulo II e o Centro da Cidade. Organizada pelos autores.

É possível de se imaginar o transtorno causado aos moradores, pois levando em conta que os serviços como mercados, hospitais, empregos, entre outros, estão localizados no núcleo central, o deslocamento diário

é dificultado, lembrando que muitos dos que estão empregados possuem emprego na área central. Medeiros (2013) afirma que:

Ao construir conjuntos habitacionais em áreas longínquas, nas periferias geográficas da cidade, não somente condiciona a população de menor poder aquisitivo a habitar em áreas de pouca acessibilidade e com deficiência de serviços urbanos, como reforça a ocupação da cidade abrindo os caminhos da urbanização. Possibilita a especulação imobiliária, com a construção de grandes vazios urbanos (MEDEIROS, 2013, p. 158).

Devido à localização do Conjunto Habitacional em área afastada do centro o acesso da população aos vários espaços da cidade é dificultado e além deste problema, os investimentos em serviços básicos como abastecimento de água, iluminação pública, segurança e lazer, dentre outros, não são realizados ou quando são, são feitos de forma precária. Observa-se que os grupos de menor poder aquisitivo ficam impossibilitados de usufruir da cidade como um todo, ficando confinados em áreas restritas e o papel de cidadão desses sujeitos é comprometido.

A análise da oferta de serviços e infraestrutura urbanos começou pela entrada do Conjunto Habitacional, de onde já é possível observar que não há pavimentação tanto na entrada quanto na via que dá acesso ao bairro (**Figura 3**).



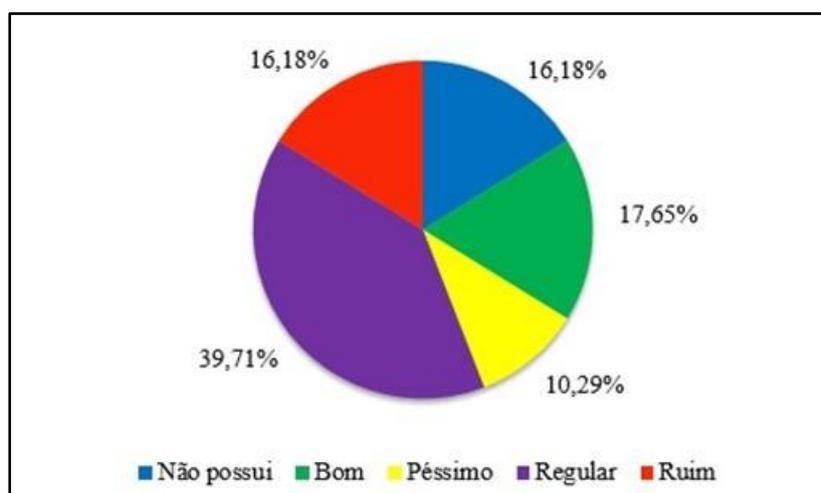
**Figura 3:** Entrada do Conjunto Habitacional João Paulo II. Foto: Os autores.

Como pode ser observado na figura acima, a entrada do bairro necessita de grandes intervenções paisagísticas e urbanísticas, o solo está exposto, o que possibilita inferir que a população deve passar alguns transtornos relativos à poeira, no período de seca e à lama no período de chuva. Nenhuma rua (**Figura 4**) do Conjunto Habitacional é pavimentada, segundo informações dos moradores já foi realizada reunião com representante da prefeitura que informou que a verba para realizar o asfaltamento já está liberada, porém até a data desta pesquisa (2018) nada se concretizou.



**Figura 4:** Situação das ruas do Conjunto Habitacional. Foto: Os autores.

Em relação ao fornecimento de água tratada para os moradores, os resultados obtidos podem ser visualizados no gráfico (**Figura 5**) abaixo:

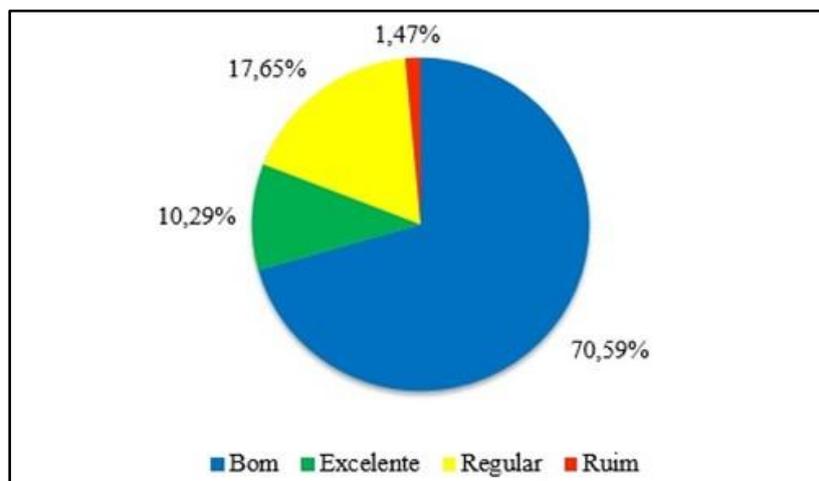


**Figura 5:** Avaliação do fornecimento de água pelos moradores no Conjunto Habitacional João Paulo II, Terra Nova do Norte, MT, 2018. Organizado pelos autores.

Pode-se concluir com as respostas dos moradores que o serviço ofertado é deficitário, uma vez que 66,18% dos moradores questionados expuseram insatisfação, classificando com ruim, bom e regular. Ademais a insatisfação ficou explícita nas falas de muitos, ao informar que o corte no fornecimento de água é recorrente, acontece de ficarem sem água durante o dia e o restabelecimento ser realizado somente no período noturno.

No início da atual gestão do prefeito Valter Kuhn (2017 a 2020), foi construído próximo ao bairro um poço artesiano, para resolver o problema de abastecimento de água. Porém, segundo informações dos moradores o poço artesiano não abastece todas as residências, sendo beneficiadas apenas as casas construídas na última remessa do Programa Minha Casa Minha Vida.

Em relação à iluminação pública, os moradores estão bastante satisfeitos, como pode ser observado no gráfico (**Figura 6**).

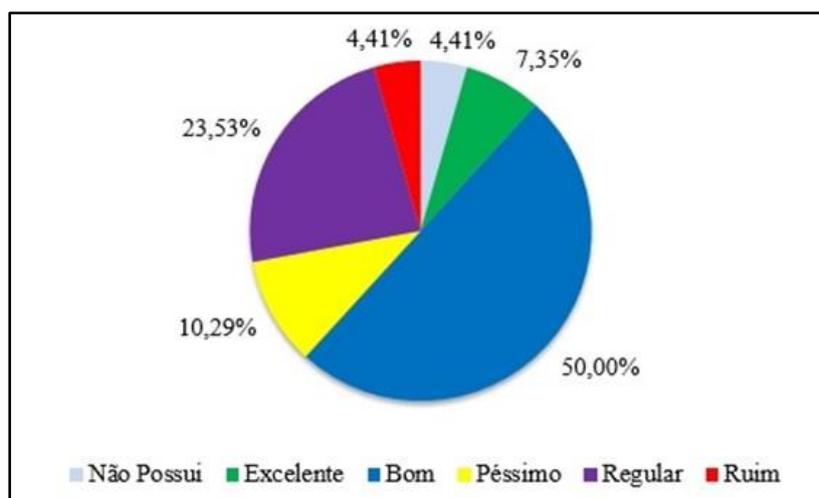


**Figura 6:** Avaliação da iluminação pública pelos moradores do Conjunto Habitacional João Paulo II, Terra Nova do Norte, MT, 2018. Organizado pelos autores.

Após classificarem a qualidade deste serviço oferecido entre ruim e excelente, os moradores ressaltam que poderia melhorar, para proporcionar mais segurança, destacando que o bairro fica meio isolado e próximo do setor de chácaras.

O acesso à rede de esgoto foi outro serviço avaliado pelos moradores, 77,94% deles disseram que não possuem acesso à esse serviço, uma questão importante para ser comentada, pois no município em geral não existe rede de esgoto, portanto o resultado deveria ser 100%, com isso pode ser considerada a questão de que muitos moradores desconhecem esse tipo de serviço. Todas as casas possuem fossas sépticas no quintal, que é considerado um método antigo e ineficiente no quesito ambiental e sanitário para o descarte de esgoto.

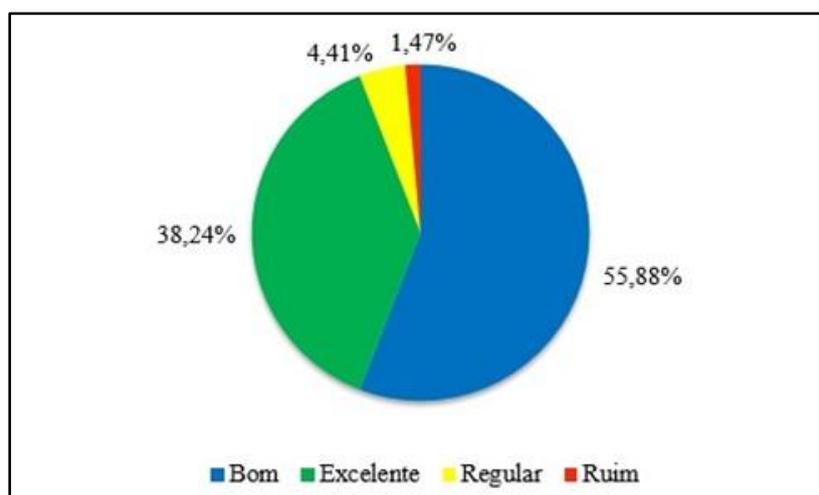
Os serviços de saúde e educação não são ofertados no Conjunto Habitacional, os moradores são atendidos em outro bairro, Vista Alegre, que é o mais próximo. Apesar desta ausência, os serviços foram avaliados pelos moradores. No que se refere ao serviço de educação avaliou-se apenas o transporte público escolar para acessá-lo, já que não é ofertado no bairro, obtendo-se os seguintes resultados nos gráficos (**Figuras 7 e 8**, respectivamente):



**Figura 7:** Avaliação do serviço de saúde ofertado no Posto para a Saúde da Família (PSF), Vista Alegre, Terra Nova do Norte, MT, 2018. Organizado pelos autores.

Durante a aplicação do questionário, vários questionados relataram a falta de remédios e de médico no posto, muitas vezes agendam a consulta e quando chega o dia o médico não se encontra. Uns reclamam da falta de comprometimento com o próximo e por isso o descontentamento.

Em relação ao serviço de educação, a escola frequentada pelas crianças e jovens do Conjunto Habitacional é a Escola Municipal “Vista Alegre”. Sobre o transporte escolar público, os moradores avaliaram da seguinte forma:



**Figura 8:** Avaliação do transporte público escolar pelos moradores do Conjunto Habitacional João Paulo II, Terra Nova do Norte, MT, 2018. Organizado pelos autores.

Como pode ser verificado no gráfico este tipo de serviço foi bem avaliado pelos moradores, sendo que 94,12% deles colocaram como excelente ou bom.

Relativo à área de lazer no Conjunto Habitacional, o único espaço que os moradores citam como relacionado à lazer é o que pode ser visualizado na **Figura 9** que se encontra sem possibilidade de uso, cheio de mato e os brinquedos para as crianças destruídos e enferrujados. Nestas condições muitas mães preferem evitar que os filhos brinquem neste local, cientes dos riscos e perigos que ele fornece.



**Figura 9:** Parque para as crianças do Conjunto Habitacional João Paulo II. Foto: Os autores.

Em razão do estado em que se encontra esta área a opção que as crianças têm para lazer é brincar debaixo das árvores ou andar de bicicleta na área coberta de um barracão que se encontra bem a frente. Esse barracão é denominado pelos moradores de pavilhão, funciona como um centro comunitário e pela Lei Municipal nº 1014/2012 de 03 de maio de 2012 recebeu o nome de Doutora Zilda Arns Neumann. Nesse espaço as autoridades locais realizam reuniões e os políticos fazem comícios em épocas de eleição e também é na frente deste barracão que as crianças esperam o transporte para a escola. Como pode observado na **Figura 10** esse local também se encontra em situação precária, as portas e janelas estão todas quebradas. O seu terreno não é murado e as ruas em volta não são nem ao menos cascalhadas.

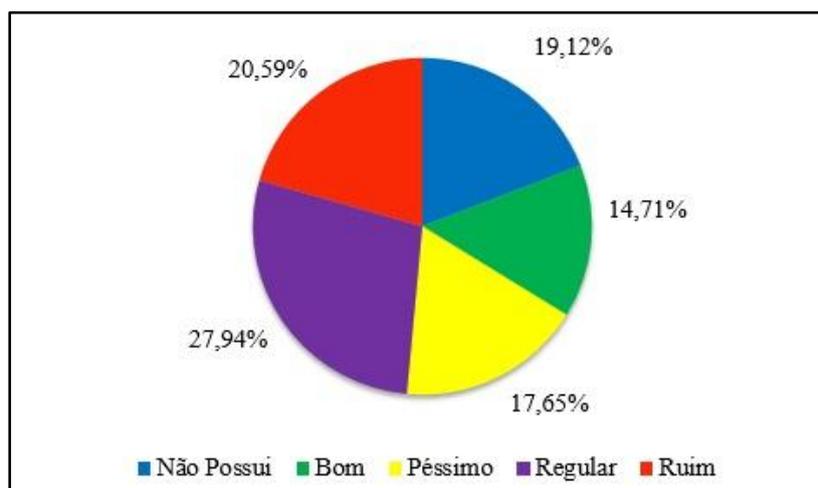


**Figura 10:** Centro Comunitário do Conjunto Habitacional João Paulo II. Foto: Os autores.

Na realidade, entende-se, conforme observação realizada em campo, que não há um espaço destinado a lazer para os moradores do Conjunto Habitacional João Paulo, o que se tem são esses dois locais sem as mínimas condições de uso e segurança.

Outro fato comentado pelos moradores é de que o pavilhão por ter *wi-fi* liberado pela prefeitura, no período noturno fica cheio de usuários de drogas, tornando-se perigoso para quem passa por ali à noite. A questão das drogas está bem presente no bairro e as pessoas acabam não se sentindo seguras.

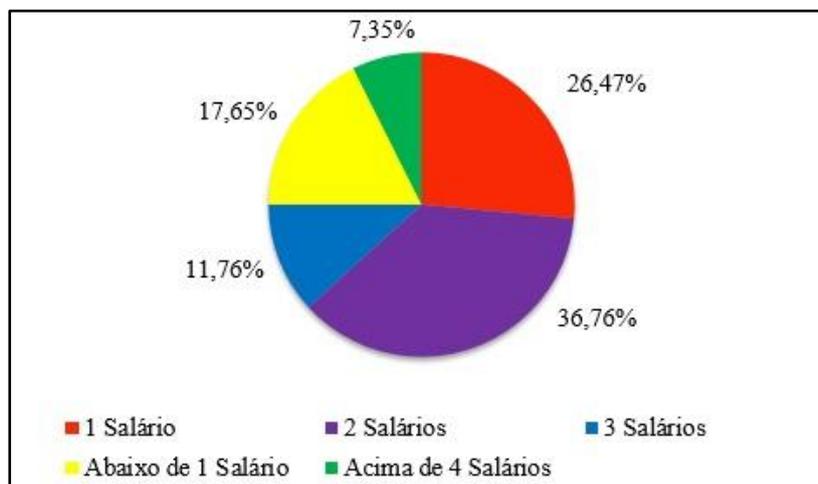
O descontentamento dos moradores com a segurança do bairro foi apontado nas respostas ao questionário, cujo resultado pode ser visualizado na **Figura 11**.



**Figura 11:** Avaliação da segurança pelos moradores do Conjunto Habitacional João Paulo II, Terra Nova do Norte, MT, 2018. Organizado pelos autores.

As informações expostas no gráfico podem ser consideradas preocupantes, quando se relaciona ao tamanho do bairro, com apenas 135 casas e uma extensão territorial pequena, com 92.043 m<sup>2</sup> ou 0,092 km<sup>2</sup>. Essa questão de segurança, ainda acaba sendo um complicador e aspecto de estigmatização do local na cidade como perigoso e por isso automaticamente algumas pessoas ficam receosas em frequentá-lo.

No tocante à renda familiar dos moradores, esta pode ser verificada no gráfico (**Figura 12**).



**Figura 12:** Renda familiar dos moradores do conjunto Habitacional João Paulo II, Terra Nova do Norte, MT, 2018. Organizado pelos autores.

Pode-se afirmar que a questão da baixa renda é crucial para as famílias, pois boa parte do salário fica apenas para pagar contas, tais como, energia, água e mercado. Ao serem indagados sobre o recebimento de assistência do governo, obteve-se que 48,53% dos questionados são beneficiários do programa Bolsa Família. Pelo que se verificou da renda mensal familiar, depreende-se que esse benefício pode fazer diferença na vida dessas pessoas.

Houve o questionamento se todas as pessoas com idade acima de 18 anos que residem na moradia estavam empregadas, como resultado obteve-se que o desemprego no bairro é alto, pois em 80,88% das residências pesquisadas existem pessoas desempregadas. Em relatos, os moradores apontaram que há um preconceito na cidade em relação ao Conjunto Habitacional, o que contribui para a dificuldade de acesso ao emprego, fato já mencionado em linhas anteriores.

Outra questão que foi tratada nos questionários é o local de trabalho dos moradores, se sua localização é próxima ao bairro. A maioria absoluta dos questionados trabalha em localidade distante de sua residência. Esta situação complicada para os moradores é resultado da escolha de um local distante do centro da cidade para a implantação do Conjunto Habitacional, sendo os principais locais de trabalho os supermercados que se encontram no centro e a cooperativa “Coopernova” que se constitui como um parque agroindustrial que contempla indústria de laticínio, fabricação de ração e suplementos minerais e indústria de beneficiamento de frutas, localizada à margem da BR-163.

A localização do bairro em área afastada da cidade é um fator complicador para o dia a dia dos moradores, ainda mais quando se constata que não há no município um sistema de transporte coletivo, assim a população residente precisa contar com meio de transporte próprio, quais sejam: 82,35% bicicleta, moto ou carro, e 17,65% não possui nenhum desses meios de transportes para se deslocar do bairro até o centro, local de concentração de serviços urbanos e gestão da cidade.

Estes aspectos sociais, econômicos e habitacionais levantados no Conjunto Habitacional João Paulo II permitem o entendimento de que ao escolher localizações distantes no espaço urbano para moradia da população de baixa renda, sem oferecer condições de acesso aos serviços básicos urbanos, como saúde, educação, infraestrutura, transporte, torna-se um fator que contribui para que esta população seja segregada no espaço urbano, pois não possibilita usufruir da cidade como um todo. Assim se volta ao que Carlos (1992) especifica, essas pessoas não possuem nem mesmo o direito de escolha, elas residem onde os seus rendimentos lhes permitem.

A cidade apresenta diversas formas, que são constituídas por seus habitantes, onde estão inclusos desde o mais pobre, que na maioria das vezes não tem acesso aos bens privados e públicos, ao mais rico, detentor das melhores condições, tanto sociais quanto financeiras, e essas diferenças interferem na construção das diferentes estratégias de planejamento e gestão, elaborados pelo Estado. Santos (2007) explica que:

A organização racional que se dá na cidade através dos meios burocráticos de planejamento, gestão e parcelamento do solo conduz os indivíduos da cidade a se adequarem às formas e aos códigos institucionais que lhes impõem condutas de vida, condições de moradia, de acesso aos equipamentos de saúde, lazer, ensino, transporte, circulação, etc. (SANTOS, 2007, p.35).

Deste modo, conclui-se que o Conjunto Habitacional João Paulo II, é um espaço segregado em Terra Nova do Norte, cuja segregação socioespacial é proporcionada pelo próprio Estado (poder público) ao destinar áreas periféricas para abrigar a população, sem condições urbanas que possibilitem o exercício do direito à cidade, pois através do estudo desenvolvido, ficaram claras as deficiências do atendimento dessa população com os serviços básicos de urbanidade e como esse processo penaliza os moradores. Ressalta-se, portanto que o Estado ao não atender as demandas da população contribui para o aprofundamento das desigualdades socioespaciais.

Esta lógica de produção de habitação explicitada pela pesquisa é resultado de políticas governamentais que há muito tempo são implementadas no Brasil de maneira geral, exemplificando aqui com a criação do Banco Nacional de Habitação, o qual, de acordo com Rolnik (2009, p. 33) concentrou o financiamento e “toda a atividade do desenvolvimento urbano no âmbito do governo federal, consubstanciada em metas quantitativas de produção nos setores de habitação e saneamento”.

Rolnik (2009, p. 33) ainda explica que a construção de moradias populares, sob o domínio do BNH, em sua maioria foram “implantadas fora das cidades, em periferias distantes e desequipadas e, muitas vezes, sob as mesmas condições de irregularidade e precariedade urbanística que marcava o mercado informal popular”. Em contrapartida, o mercado habitacional para a classe média, também financiado pelo mesmo banco, foi se constituindo em “novos eixos de centralidade nas cidades médias e grandes do país”. A pesquisa desenvolvida aponta que esta lógica não ocorre somente em cidades médias e grandes, mas também em cidades pequenas, como o caso de Terra Nova do Norte.

Neste contexto de desigualdades socioespaciais, é importante destacar que Santos (2007) elucida que as relações sociais, que se formam no espaço urbano usam as estruturas (poder político, jurídico, institucional, dentre outros) e constroem formas e organizações materiais no espaço através da participação e das diferentes formas de reivindicações para melhor uso e acesso à cidade, isto porque as estruturas urbanas não atendem democraticamente as necessidades da população urbana como um todo. Desta forma as lutas diárias da população para acesso ao direito à cidade se fazem necessárias, no Conjunto Habitacional não se verificou as formas de organização dos moradores para reivindicarem seus direitos, entretanto compreende-se o grande valor e necessidade de estudo que tenha este propósito.

#### **4. Considerações finais**

Por meio do estudo desenvolvido, constatou-se a ausência do poder público no fornecimento de infraestrutura urbana básica para o Conjunto Habitacional João Paulo II e, conseqüentemente, sua conduta como agente condicionador da segregação socioespacial. Com o levantamento realizado através da aplicação de questionários, foi possível observar que os moradores se sentem desassistidos, em virtude das atuais condições habitacionais presentes e à falta de implementação de melhorias no bairro.

O fato do Conjunto Habitacional estar localizado em área distante do centro da cidade, dificulta o cotidiano dos cidadãos, não somente em relação ao acesso aos equipamentos urbanos, mas também no que tange os seus deslocamentos diários até a região central do município, haja vista vários residentes não possuírem veículos de locomoção e não haver o serviço de transporte público, conforme exposto na pesquisa. Tudo isso somado à falta de oferta de serviços e infraestrutura urbana evidencia o processo de segregação socioespacial em Terra Nova do Norte, proporcionado por intermédio da ação do Estado na produção do espaço.

Ficou evidente pela pesquisa realizada que o Estado em todos os seu níveis, Municipal, Estadual e Federal, ao promover a construção de residências para a população de baixa renda, por meio de Programas Habitacionais, no caso específico do estudo realizado, “Meu Lar” e “Minha Casa Minha Vida”, continua seguindo a mesma lógica adotada pelo BNH, criado em 1964, pelo governo militar, em que aos menos abastados são destinados os espaços da cidade sem os serviços urbanos necessários e adequados para o bem-estar desta população.

Desta forma, compreende-se que essa pesquisa possui relevância social, pois proporciona a reflexão sobre o papel do Estado na produção espacial urbana em cidades de pequena expressão demográfica, como em Terra Nova do Norte, município com menos de 12 mil habitantes. Mesmo em cidades pequenas, o espaço urbano é reproduzido de forma segregada, onde o poder público ao invés de buscar equacionar o déficit habitacional, age de forma paliativa, ao condicionar a população a habitar áreas sem a infraestrutura urbana básica necessária.

Perante o que foi observado no caso de Terra Nova do Norte, apreende-se que as políticas públicas urbanas estão sendo executadas de modo parcial e insuficiente no atendimento as demandas da população, ratificando a figura do Estado como um agente reprodutor da segregação socioespacial urbana.

Os resultados empíricos da pesquisa realizada demonstram que o processo de segregação socioespacial se desenrola em cidades pequenas, não ficando restrito apenas às cidades de maiores dimensões. É importante destacar que muitos problemas urbanos identificados na metrópole e em grandes e médias cidades também se reproduzem, as vezes em menor escala, nas pequenas, portanto depreende-se a necessidade de estudos que tenham como foco esta área de estudo, especialmente pela escassez de trabalhos acadêmicos elaborados por geógrafos tendo em vista evidenciar as relações estabelecidas nestas localidades.

### Referências bibliográficas

BARROZO, J. C.; CASTRO, S. P.; COVEZZI, M. **A colonização oficial em Mato Grosso: a nata e a borra da sociedade**. Cuiabá: UFMT, 1994.

CARLOS, A. F. A. **A cidade**. São Paulo: Contexto, 1992.

CARLOS, A. F. A. **O Espaço Urbano: Novos Escritos sobre a Cidade**. São Paulo: Labur Edições, 2007.

CORRÊA, R. L. **O Espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1991.

GODOY, P. R. T. Uma reflexão sobre a produção do espaço. **Estudos Geográficos**. Revista eletrônica de Geografia, v. 2, n. 1, p. 29-42, 2004. Disponível em: <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/estgeo/article/view/289>. Acesso em: 12 fev. 2018

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mt/terra-nova-do-norte/historico>. Acesso em: 25 de set. de 2019.

LEFEBVRE, H. **O pensamento marxista e a cidade**. Tradução de Idalina Furtado. Lisboa: Ulisseia, 1972.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas 2003.

LOVATO, D. M. C. O projeto Terra Nova em Mato Grosso no contexto da fronteira capitalista: um estudo de caso. **Nativa**. Linha Editorial: Pesquisa Científica. v. 5, n. 2, p. 25-41, 2016, Disponível em: <http://docplayer.com.br/54472103-O-projeto-terra-nova-em-mato-grosso-no-contexto-da-fronteira-capitalista-um-estudo-de-caso.html/>. Acesso em: 16 set. 2018.

MARICATO, E. **Para entender a crise urbana**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

MEDEIROS, S. R. F. Q. de. Política habitacional e segregação: o Estado reproduzindo as ações do mercado. **Revista de Geografia e Ordenamento do Território**, n. 4, p. 153-176, 2013. Disponível em: [https://www.researchgate.net/profile/Sara\\_Medeiros4/publication/276561159\\_Politica\\_habitacional\\_e\\_segrecacao\\_o\\_Estado\\_reproduzindo\\_as\\_acoes\\_do\\_mercado/links/5a81850b458515ce6140af7d/Politica-habitacional-e-segregacao-o-Estado-reproduzindo-as-acoes-do-mercado.pdf](https://www.researchgate.net/profile/Sara_Medeiros4/publication/276561159_Politica_habitacional_e_segrecacao_o_Estado_reproduzindo_as_acoes_do_mercado/links/5a81850b458515ce6140af7d/Politica-habitacional-e-segregacao-o-Estado-reproduzindo-as-acoes-do-mercado.pdf). Acesso em: 29 set. 2018.

MENDES, C. M.; MARCATTI R. S.; TÖWS R. L. A produção do espaço urbano em Sarandí (PR-Brasil): particularidades e disparidades. SIMPÓSIO SOBRE PEQUENAS CIDADES E DESENVOLVIMENTO LOCAL. **Anais[...]**, 2008, p. 1-15. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/Geografiasocioeconomica/Geografiaurbana/105.pdf>. Acesso em: 03 out. 2018.

OLIVEIRA, F. O Estado e o Urbano no Brasil. In: BARROS, Joana; SILVA, Evanildo B.; DUARTE, Livia. **Cidades e conflitos: o Brasil na construção do urbano contemporâneo** (Francisco de Oliveira e Cibele Saliba Rizek). Rio de Janeiro, 2013, p. 47- 68. Cadernos de Debate 2.

ROLNIK, R. Democracia no fio da navalha: limites e possibilidades para a implementação de uma agenda de reforma urbana no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**. V 11, n. 2, p. 31-50, 2009. Disponível em: <https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/219/203>. Acesso em 13 jun. 2018.

SANTOS, M. **Por uma geografia nova: da crítica de geografia a uma geografia crítica**. São Paulo: Hucitec, 1986.

SANTOS, E. M. A produção do espaço urbano e a imagem da cidade pelo migrante jovem. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 8, nº 24, p. 33-45, dez. 2007. Disponível em: [www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/download/15548/8799/](http://www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/download/15548/8799/). Acesso em: 08 jul. 2018.

SECRETARIA DA FAZENDA (MT). **Projeto ousado vai construir uma casa por hora em MT até dezembro de 2010**. Cuiabá, 2009. Disponível em: <https://www.sefaz.mt.gov.br/>. Acesso em: 16 out. 2018.

SHIMBO, L. Z. **Habitação social, habitação de mercado: a confluência entre Estado, empresas construtoras e capital financeiro**. 2010. 363 f. Tese (doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2010.

THÉRY, H. É. R **Novas paisagens urbanas do programa Minha Casa, Minha Vida**. Mercator, Fortaleza, V. 16, n. 1, p. 01-16, 2017.

VILLAÇA, F. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP, 2001.



Este artigo é distribuído nos termos e condições do *Creative Commons Attributions/Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual (CC BY-NC-SA)*.